

III SEMANA DO CONHECIMENTO

Marque a opção do tipo de trabalho que está inscrevendo:

Resumo

Relato de Caso

PREVALÊNCIA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR EM FAMÍLIAS DE ESCOLARES EM PASSO FUNDO- RS

AUTOR PRINCIPAL: Cladiesa Dalla Lana Schmitt

CO-AUTORES: Kely Szymanski

ORIENTADOR: Ana Luisa Sant'Anna Alves

UNIVERSIDADE: UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

INTRODUÇÃO:

A segurança alimentar refere-se ao acesso constante e permanente a uma alimentação de qualidade em quantidades adequadas e não somente a ausência de fome. É um direito fundamental que possibilita atingir o potencial de desenvolvimento humano, a promoção e proteção da saúde e melhores condições de vida. Pesquisas realizadas na população brasileira sugerem uma maior prevalência de insegurança alimentar em domicílios com crianças. Esses indivíduos apresentam maior vulnerabilidade biológica, devido ao contínuo processo de crescimento em que se encontram. Experimentar períodos de restrição à alimentação adequada nesse processo de desenvolvimento pode refletir negativamente na sobrevivência infantil, em prejuízo no desenvolvimento físico e mental e diminuição do desempenho escolar. Esta pesquisa teve por objetivo estimar a prevalência de insegurança alimentar e os fatores socioeconômicos das famílias de crianças que frequentam escolas municipais de educação infantil (POBLACION et al., 2014).

DESENVOLVIMENTO:

Estudo transversal desenvolvido em duas escolas municipais de educação infantil, localizadas no município de Passo Fundo- Rio Grande do Sul. A amostra constituiu-se de 75 famílias com crianças na faixa etária de 6 a 59 meses de idade atendidas nas escolas. A coleta de dados ocorreu entre os meses de julho e agosto de 2016. Foi realizada uma entrevista individualizada com um representante (maior de 18 anos de idade) da família de cada criança, sendo aplicado um questionário socioeconômico e a

III SEMANA DO CONTEÚDO

307 DE OUTUBRO
2016

Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), composta de 14 perguntas relacionadas à alimentação da família, permitindo avaliar a percepção de segurança alimentar intrafamiliar. A pontuação atribuída para a escala é de 1 ponto para cada resposta “sim” e zero ponto à resposta “não”. O somatório desses pontos permite verificar se a família encontra-se em situação de segurança alimentar (zero pontos), insegurança leve (1 a 5 pontos), insegurança moderada (6 a 9 pontos) e insegurança grave (10 a 14 pontos). Para a verificação da classe econômica das famílias, foi utilizado o Critério e Classificação Econômica do Brasil de acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). Observou-se que, das 75 famílias investigadas, 1,4% pertenciam a Classe Econômica A, 17,6% Classe B, 55,4% Classe C e 25,7% Classe D. Quanto à insegurança alimentar, 52,7% das famílias apresentaram insegurança leve, 12,2% insegurança moderada, 2,7% insegurança grave e o restante (32,4%) apresentaram segurança alimentar.

Em relação à frequência de insegurança alimentar, o resultado da pesquisa apresentou-se superior ao encontrado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009 (PNAD 2009), que registrou 18,6% das famílias na região Sul do Brasil com algum grau de insegurança alimentar e maiores prevalências nos domicílios com menor renda (IBGE, 2014). O elevado número de famílias com insegurança alimentar, encontrados em nossa pesquisa, poderia ser explicado pelas características econômicas da amostra, uma vez que 81,1% dos escolares pertenciam as classes econômicas C e D e também pelo fato de as escolas estarem localizadas em bairros com maior vulnerabilidade social.

Em um estudo de base populacional, que utilizou dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS- 2006), realizado em domicílios brasileiros com crianças menores de cinco anos, foi encontrada uma maior prevalência de insegurança alimentar (68,6%) nos domicílios que pertenciam a classe econômica D. No estudo transversal, de base populacional conduzido em um distrito localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 2009, onde a maioria da população possuía baixa renda, também foi verificada uma alta prevalência de insegurança alimentar, 72% das famílias com crianças de seis a trinta meses de idade avaliadas apresentaram insegurança alimentar, sendo 12% consideradas com insegurança alimentar grave.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Embora a baixa renda seja o fator mais relevante na determinação de insegurança alimentar, outros fatores estão associados à essa condição e precisam ser considerados para o delineamento e reforço de políticas públicas estruturantes, que promovam o aumento da inclusão social e contribuam pra a segurança alimentar.

REFERÊNCIAS:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Segurança alimentar 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível

em:<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000020112412112014243818986695.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

III SEMANA DO CONHECIMENTO

PIMENTEL P. G., SICHIERI R., SALLES-COSTA R. Insegurança alimentar, condições socioeconômicas e indicadores antropométricos em crianças da Região Metropolitana do Rio de Janeiro/Brasil. Rev. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro 2009, vol. 26, p. 283-294, jul./dez. 2009.

POBLACION, A. P. et al. Insegurança alimentar em domicílios brasileiros com crianças menores de cinco anos. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro 2014, vol.30, n.5, p.1067-1078, maio 2014.

2017 DE OUTUBRO
2016

NÚMERO DA APROVAÇÃO CEP OU CEUA (para trabalhos de pesquisa): 1.516.868

ANEXOS:

Poderá ser apresentada somente uma página com anexos (figuras e/ou tabelas), se necessário.